

DA DESCRIÇÃO DO CASO À CONSTRUÇÃO DA TEORIA OU DA TEORIA À EXEMPLIFICAÇÃO DO CASO? UMA DAS ENCRUZILHADAS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO E ÁREAS AFINS¹

Sônia Maria Guedes Gondim *
Márcio de Oliveira Sá **
Lívia Cruz Tourinho de Melo ***
Silvia Teles Barbosa ****
Clara Mutti Vasconcellos *****
Sabrina Torres Gomes *****

RESUMO

A abordagem teórico-metodológica do estudo de caso é uma tendência na ciência social aplicada e, em especial, na administração. O objetivo deste artigo é o de discutir não só aspectos conceituais e metodológicos dessa abordagem apontados na literatura, como também analisar 158 artigos publicados no período de 2001 a 2004 nos ENANPADs e em quatro periódicos nacionais da área de administração. Uma das conclusões é a de que apesar de os estudos de casos serem apresentados de modo mais aprofundado do que superficial, a construção teórica associada à comparação com outros casos ainda é insuficiente. Reafirma-se também o predomínio da técnica qualitativa, pois a porcentagem encontrada em cada uma das publicações analisadas ultrapassou 75%. O uso de técnicas combinadas tem crescido nos últimos anos, em detrimento do uso isolado da técnica de entrevista. A ascensão do estudo de caso na atualidade torna necessário ampliar o diálogo de pesquisadores de diversas áreas para que a opção e a adoção a esse modo de fazer ciência sejam decorrentes da análise crítica e consciente de suas possibilidades e limites para a produção do conhecimento, em que pese a triangulação interna (várias fontes de coleta de dados) e a triangulação externa (que requer a explicitação clara dos procedimentos metodológicos adotados).

ABSTRACT

Case studies have been increasingly applied in Social Sciences and especially in Business Administration. In this article we will discuss theoretical and methodological aspects highlighted in the case study literature and analyze 158 ENANPAD articles (2001-2004) as well as 4 national Business Administration Journals. One of the conclusions is that despite the fact that case studies are presented more thoroughly than superficially, the construction of theoretical models together with the comparison of other cases is presented in a limited way. Qualitative techniques stand out (more than 75%) and the isolated use of interviews has decreased compared with the combination of qualitative techniques. The increase of case studies nowadays makes it necessary to broaden the dialogue among researchers from different fields so that choosing and using this technique derive from the critical and conscious analysis of its limits and potentialities to produce knowledge, and internal triangulation (different data collection sources) as well as external triangulation (which demands clear explanation of the adopted methodological procedures) are taken into account.

¹ Os autores agradecem imensamente a Ivã Santos e Luciana Terra pela participação efetiva na equipe de juízes que procedeu à leitura e à análise dos 158 artigos que fundamentaram a parte empírica deste texto.

* Prof^a FFCH/UFBA

** Graduando de Psicologia FFCH/UFBA

*** Mestranda de Psicologia FFCH/UFBA

**** Mestranda em Psicologia Social FFCH/UFBA

***** Mestranda de Psicologia FFCH/UFBA

***** Psicóloga

Nas últimas décadas cresceu a discussão sobre as tendências metodológicas de pesquisadores nacionais e estrangeiros de diversos ramos das ciências sociais de não só avaliar a qualidade do conhecimento produzido e os avanços obtidos, como também de compreender por que estudiosos brasileiros da administração e áreas afins usam em suas pesquisas os métodos qualitativos, em especial a abordagem de estudo de caso (Caldas, 2003).

A difusão da abordagem qualitativa e, notadamente, do estudo de caso no campo da ciência política também está sendo objeto de discussão por Gerring (2004). O autor afirma que apesar do reconhecimento dos pesquisadores de que boa parte do conhecimento produzido nesse referido campo seja proveniente de estudos de casos, do ponto de vista metodológico tal abordagem teórico-metodológica ainda não goza de prestígio. Um dos problemas apontados pelo referido autor é que o estudo de um simples caso torna difícil concluir o que é específico do caso e o que pode ser generalizado para outros casos, ou seja, a identificação de padrões comuns. A título de exemplificação, Gerring declara que as conclusões de um estudo de caso de uma organização localizada em um grande centro urbano, por exemplo, muito provavelmente seriam mais generalizáveis para organizações do mesmo ramo e localizadas em grandes centros, do que para pequenas organizações localizadas no interior de um país. Um outro problema sinalizado por Gerring é o da dificuldade de demarcar o limite do caso sob análise ou estudo, visto que ele faz parte de um amplo e complexo fenômeno dinâmico no qual se encontra inserido. Nesse sentido, objeto e campo de investigação se confundem. Sobre isto iremos discorrer um pouco mais adiante.

Ao focarmos o campo das ciências sociais aplicadas, podemos tomar como referência a análise que Bufoni (2002) fez de 24 teses sobre sistemas de informação, produzidas no período de 1993 a 2001, em centros de estudos nacionais em administração. O referido autor fez inúmeras observações críticas e afirmou que as conclusões apresentadas pelos autores das teses eram em grande parte irrelevantes, além de formuladas a partir de generalizações apresadas e argumentos circulares, pouco contribuindo para o aprofundamento do objeto em estudo. Apesar de a entrevista ocupar o primeiro lugar como técnica de coleta de dados (79,17%), seguida pela análise documental (50%), somente 45,83% das teses descrevem em detalhes as técnicas adotadas para a análise do material coletado.

Teixeira Júnior (2002), por sua vez, pesquisou 76 artigos publicados nos Encontros Nacionais dos Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPADs) de 1999 a 2001, na área temática de administração da informação, com a finalidade de identificar estratégias de pesquisa predominantes. Constatou que na maioria dos artigos não há especificação clara do método utilizado e detalhamento de procedimentos de coleta e análise de dados. Suas conclusões apontam tanto o predomínio da abordagem qualitativa (n=42), quando comparada à abordagem quali-quantitativa (n=22) e quantitativa (n=12), quanto a preferência por estudos de casos de cunho exploratório, em comparação aos de cunho explicativo.

Em um estudo bem mais amplo, Vergara e Peci (2003) analisaram tendências metodológicas nos estudos organizacionais de autores brasileiros e estrangeiros, em 194 artigos publicados entre 2000 e 2001 em três revistas brasileiras (Revista de Administração da USP, Revista de Administração Pública e Revista de Administração de Empresas) e três periódicos estrangeiros (*Organization Studies*, *Administrative Science Quarterly* e *Academy of Management Journal*). A análise explorou os objetivos da pesquisa, os instrumentos de operacionalização, o tipo de corte temporal e o tratamento e a análise dos resultados. Uma das conclusões foi o predomínio de métodos quantitativos em periódicos estrangeiros. Entre os periódicos nacionais, a Revista de Administração da USP (RAUSP) foi a que mais se aproximou da tendência estrangeira, apresentando 46,67% dos artigos com finalidades explicativas, contra 33,33% com finalidades exploratórias. Na Revista de

Administração Pública (RAP), a prevalência foi de estudos descritivos (33,33%), seguida de estudos exploratórios (26,67%) e explicativos (20%); enquanto na Revista de Administração de Empresas (RAE), 50% das publicações foram de natureza exploratória e qualitativa.

Scandura e Williams (2000), a partir de um estudo desenvolvido com a finalidade de identificar tendências de estratégias empregadas em pesquisa de gerenciamento em dois períodos distintos (1995/1997 e 1985/1987), concluíram a favor do crescimento de estudos de casos, embora também tenham ressaltado que a área de recursos humanos fez mais uso de tal abordagem do que a área de comportamento organizacional, na medida em que, além de estudos de campo, essa última área também recorreu a estratégias teóricas e experimentos de laboratório. Ademais, os mesmos autores alertaram que se, por um lado, o interesse pelo estudo de campo deixa transparecer a preocupação com a realidade na qual a teoria é aplicável, o que é bastante pertinente em se tratando de uma ciência social aplicada, de outro, decresce a preocupação com os critérios de validade. Mais adiante, iremos nos deter um pouco mais sobre os problemas de validade.

Para encerrarmos a apresentação dessa série de estudos que tratam do tema proposto neste artigo, iremos nos referir a Tonelli, Caldas, Lacombe e Tinoco (2003) que, ao reverem a produção acadêmica nacional em recursos humanos na década de 1990, constataram a predominância (75%) dos estudos de casos. Merece atenção especial o fato de muitas das pesquisas que optaram pelo estudo de caso apresentarem poucos detalhes das decisões metodológicas que sustentaram tal escolha, atendo-se apenas a breves descrições do fenômeno estudado, descomprometendo-se com a construção de modelos teóricos, ainda que simplificados, que viessem a tornar mais compreensível tal fenômeno, o que vai de encontro a um dos objetivos principais dos estudos de casos.

Enfim, os resultados dos estudos apresentados nesta introdução tornam imperativo uma cuidadosa reflexão da comunidade científica sobre a qualidade da pesquisa que está sendo produzida até então, para avaliar, corrigir rumos e definir que direção seguir (Caldas, 2003, Roesch, 2003). Afinal, a escolha metodológica não só deixa transparecer os pressupostos filosóficos sobre a natureza humana que sustentam a visão do pesquisador de seu objeto de estudo, como também permite inferir a formação e o treinamento a que ele esteve submetido, o que inevitavelmente coloca em discussão o perfil e o papel das instâncias formadoras. Scandura e Williams (2000) asseveram que há evidências de que os pesquisadores estão sendo treinados para focar mais em estudos de casos aplicados, a despeito dos estudos de laboratórios, o que para eles é preocupante, especialmente em termos da validade do conhecimento que está sendo produzido. Apontam como alternativa a triangulação, que em poucas palavras significa a multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas (triangulação externa) e a variedade de técnicas e estratégias de coleta de dados (triangulação interna), com a finalidade não só de contrabalançar as forças e fraquezas dos desenhos distintos de pesquisa, bem como produzir um conhecimento mais consistente e aprofundado dos fenômenos sociais e organizacionais complexos.

O nosso principal objetivo ao redigir este artigo é o de contribuir para esse processo de reflexão teórico-metodológica do estudo de caso, especialmente no que se refere ao seu uso na investigação qualitativa. Acreditamos que a incerteza sobre as reais contribuições dos estudos de casos para o avanço do conhecimento na área de administração e áreas afins decorra, em parte, da insuficiente consistência teórico-metodológica da maioria dos textos publicados sobre relatos de estudos de casos, o que deixa a descoberto a não familiaridade de alguns pesquisadores, no que diz respeito aos seus objetivos, possibilidades e limites dessa abordagem. Por conseguinte, adotam um estilo de descrição demasiado simplificado, sem que haja integração da descrição com a construção de teorias que possam vir a explicar e/ou compreender não só o caso, mas auxiliem na formulação de hipóteses teóricas a serem testadas futuramente. A rigor, formulamos o problema nos seguintes termos: os estudos de caso servem apenas para

exemplificar teorias ou eles, a rigor, cumprem um papel fundamental na construção de modelos teóricos? (Eisenhardt, 1999; Jóia, 2004; Kopinak, 1999; Levy, 2003; Marshall, 1999).

Para dar suporte às nossas discussões sobre o uso da abordagem do estudo de caso em pesquisa, iremos nos basear também nos resultados provenientes da análise de 158 artigos publicados em quatro periódicos nacionais (Revista de Administração da USP, Revista de Administração Contemporânea, Revista de Administração de Empresas e Revista Organização & Sociedade), assim como em algumas áreas temáticas dos ENANPADs (os detalhes sobre o período analisado encontram-se especificados na Tabela 1 da seção 6 deste artigo).

É preciso esclarecer, ainda, que a nossa intenção não é a de prescrever como os pesquisadores devem desenvolver seus estudos de casos, mas a de colaborar para a reflexão do “modo de fazer ciência”, que implica repensarmos nossos métodos de pesquisar e de produzir conhecimento, especialmente em um momento de intensa pressão para o aumento de publicações, o que tem colocado a comunidade de professores e pesquisadores diante de um angustiante paradoxo - produzir mais com menos recursos. A experiência, no entanto, tem mostrado que, freqüentemente, isto não tem sido acompanhado de ganho de qualidade; muito pelo contrário, tal pressão põe em risco os avanços futuros de um campo científico aplicado.

ESTUDO DE CASO: UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

De acordo com Hamel, Dufour e Fortin (1993), a primeira referência ao estudo de caso como abordagem de investigação é atribuída a Malinowski (1884-1942), nos EUA, e a Le Play (1806-1882), na França, que destacaram a importância do estudo das pequenas comunidades para apreender os padrões comuns de comportamento da sociedade mais ampla. Segundo os autores, pioneiros na utilização da abordagem teórico-metodológica do estudo de caso, um dos problemas que parece não ter sido satisfatoriamente superado até o momento é o da escolha do caso. No contexto da atuação dos referidos autores, o problema era o de escolher a comunidade (o caso) que representasse o padrão geral a ser investigado e que tornasse possível fazer generalizações, visto não ser factível estudar a sociedade toda.

Le Play (apud Hamel et al., 1993) estudou a família – unidade micro-social – entendida como um caso ideal de unidade social e defendeu a possibilidade de compreender e construir teorias sobre processos sociais mais amplos, a partir da descrição dos elementos centrais dessa forma de organização social, ao longo de um período de tempo. Foram os estudos de casos de famílias que permitiram a Le Play formular categorias gerais dessa modalidade de grupo social (tipologia): família patriarcal, família enraizada e família instável.

Ao considerar a história da abordagem de estudo de caso, não se pode deixar de fazer referência explícita à Escola de Chicago – considerada a primeira tradição de pesquisa qualitativa em sociologia no final do século XIX, cujo foco recaiu nos problemas sociais decorrentes da urbanização e imigração – que entendia que este tipo de abordagem teórico-metodológica de pesquisa de família de imigrantes e famílias provenientes de zonas rurais constituiria um modo de estudar a pobreza, a violência, o desemprego e a delinquência. A investigação não se baseava apenas na análise documental e estatística, mas no contato pessoal e interativo com pessoas da comunidade, os interlocutores privilegiados na transmissão dos sentidos e dos significados de hábitos, costumes, linguagem e práticas compartilhadas no interior da teia social (Hempel et al. col., 1993).

Até 1935 a Escola de Chicago foi muito influente para a sociologia americana, sendo o estudo de caso a abordagem privilegiada nesse campo, embora desde 1930 houvesse sinais de um movimento de oposição dentro da própria escola

que defendia uma ciência apoiada nos métodos estatísticos, não só por razões econômicas, de tempo e dinheiro, em relação aos estudos de caso de natureza qualitativa, mas também por serem mais confiáveis na explicação do objeto do estudo, visto adotarem medidas de redução de vieses do pesquisador e de controle de variáveis para validar previsões.

Outras críticas contribuíram para que os estudos de casos fossem destituídos de sua importância na construção de teorias, tornando-os, ao longo dos anos, meros estudos exploratórios. Em especial, dois problemas foram apontados como mais significativos: i) a falta de garantia da representatividade do fenômeno estudado e ii) a ausência de rigor metodológico, pois os procedimentos eram escolhidos conforme o perfil e a formação do pesquisador.

A partir da década de 1960, Glaser e Strauss (1967) fazem ressurgir o interesse pelos métodos qualitativos na Escola de Chicago, e o estudo de caso retoma a sua posição de destaque. Reaviva-se a defesa do estudo de caso com base no critério do contexto específico de manifestação do fenômeno, julgando-o apropriado para: i) a descrição do objeto de estudo em profundidade; ii) a realização de observações amplas utilizando várias fontes de coleta de dados; iii) a reconstrução do objeto de estudo relacionando as partes com o todo (visão sistêmica); e iv) a construção de teorias e o aperfeiçoamento de termos e conceitos (abstratos), elaborados a partir da descrição do estudo de caso (dados concretos) (Hempel et al., 1993).

ESTUDO DE CASO: DEMARCAÇÃO CONCEITUAL

Fazer uma demarcação conceitual sobre estudos de caso é uma tarefa de relativa complexidade pela variedade de autores que escrevem sobre o assunto e adotam perspectivas nem sempre convergentes. Gerring (2004), na ciência política, define estudo de caso como um estudo intensivo de uma unidade simples (ou um fenômeno delimitado), apropriado para elucidar uma ampla classe de unidades similares. A unidade do caso pode ser o povo, o país, os grupos sociais etc. Segundo o mesmo autor, há três tipos de estudos de caso: Caso 1, a unidade varia no tempo, mas não no espaço (Ex: mudança da cultura A para a cultura B em uma mesma organização em dois momentos distintos); Caso 2, duas sub-unidades (espaços diferenciados) que pertencem a uma unidade maior, variam no tempo (Ex: dois setores diversos ou duas plantas de uma mesma empresa, distantes geograficamente, sendo analisados em momentos distintos de modo comparativo); e Caso 3, duas unidades distintas analisadas ao mesmo tempo (Ex: uma organização do setor público e outra do setor privado sendo analisadas no mesmo período, quanto à introdução de práticas de inovação).

Eisenhardt (1999), autora bastante afinada com o princípio de que o estudo de caso é útil à construção de hipóteses e teorias, define estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que foca sobre o entendimento da dinâmica presente dentro de um contexto ou cenário singular. Suas principais finalidades são a de descrever o fenômeno, gerar teorias e testá-las. Segue afirmando que para a construção de boas teorias, o estudo de caso precisa estar atento a dois aspectos: demarcar adequadamente o escopo do problema e definir os potenciais fatores ou variáveis a serem observados, não se preocupando em formular, a princípio, relações de implicação, do tipo causa e efeito, entre essas variáveis. Propõe, ainda, que os casos devam ser escolhidos muito mais por razões teóricas (perguntas não respondidas pelas teorias e inconsistências nelas percebidas no confronto com a realidade), do que por razões estatísticas (um caso que ilustra o que é estatisticamente representativo). Esse alerta é importante, pois muitos estudos de casos são realizados apenas por conveniência, ou melhor, pela facilidade de acesso à organização, e não porque há algo de curioso do ponto de vista teórico

ou empírico que justifique o empreendimento da pesquisa. Eisenhardt (1999) assevera também que é preciso dispor de descrição mais detalhada do caso para que ele venha a servir como base para a construção de modelos teóricos. Em relação a esse último ponto, embora não possamos desconsiderar que as normas dos periódicos científicos imponham limite de número de laudas, o que gera impactos negativos, em especial, em relatos de estudos de casos, uma vez que eles demandam descrição detalhada, não torna justificável a escassez de informações mais detalhadas de procedimentos metodológicos.

Stake (1994, 2000), autor filiado à abordagem qualitativa, introduz uma questão que é essencial à demarcação conceitual dessa abordagem de pesquisa: o que é um caso? A resposta é a de que um caso é ao mesmo tempo, objeto e campo de estudo (Gerring, 2004). Nisto, autores de orientação qualitativa e quantitativa parecem concordar (Yin, 2001). Trata-se, então, de considerar estudos de casos em duas dimensões, por exemplo, o objeto, um conflito entre culturas organizacionais decorrentes de fusões, e o campo, o contexto em que esse fenômeno será estudado (Becker, 2002).

A elucidação do que seja específico, singular ou peculiar ao caso e que o distinguiria dos demais casos, é uma outra questão fundamental para Stake (2000), pois é essa singularidade, ainda pouco explorada entre os estudiosos do fenômeno, que justifica o estudo de um ou mais casos, de modo que se possa visualizar com clareza o que constitui sua especificidade, ou seja, o que o distingue do padrão comum de outros casos.

Yin (2001), por outro lado, afirma que uma das características básicas do estudo de caso é a de ser uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo no seu contexto real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente demarcados. Diferentemente de um método experimental, cujo interesse é o controle de variáveis previamente identificadas como significativas para o fenômeno, o estudo de caso pretende conhecer o contexto em que o fenômeno ocorre, com suas múltiplas variáveis, cujos pesos significativos não se encontram ainda bem estabelecidos. Em função disto, o estudo de caso seria desenhado para reunir evidências de diversos níveis com a finalidade de triangular, lançando luz sobre a maneira como os fatores estariam associados e inter-relacionados no contexto de ocorrência de um dado fenômeno. Ao contrário do que se é levado a pensar, o estudo de caso não deve ser considerado apenas como o estágio exploratório da pesquisa sobre o tema (embora não possamos deixar de considerar que esta é uma de suas etapas iniciais), mas ir além dela, entendendo-o como uma abordagem teórico-metodológica geral que pretende compreender fenômenos nos contextos complexos nos quais eles se manifestam, como uma alternativa de aprofundamento distinta de outros tipos de desenhos metodológicos, entre os quais os experimentos e as pesquisas de opinião (survey).

Yin (2001) aproximando-se significativamente das considerações de Glaser e Strauss (1967), mencionadas no final da seção 1 deste artigo, afirma que os estudos de casos se justificam em três situações: i) auxiliar na construção teórica, ii) descrever um caso raro ou extremado (muito comum em estudos clínicos) e iii) tornar público um caso revelador, muito pouco acessível ao investigador comum (pesquisa de grupos sociais fechados - por exemplo, seitas religiosas, gangs).

Em resumo, a demarcação conceitual do estudo de caso gira em torno de dois pontos. O primeiro diz respeito ao que é o caso. O que está em jogo é a tensão entre sua singularidade (especificidade e unicidade) e sua representatividade (o que há de comum com outros casos semelhantes). O segundo diz respeito aos motivos que tornam justificável um estudo de caso. Neste ponto, é preciso considerar as possibilidades de construção teórica da abordagem associada à utilização de múltiplas fontes para descrever e compreender o caso e seu contexto, o que implica posicionamento em relação ao tipo de controle de variáveis, assim como escolha adequada de técnicas de coleta de dados - entrevistas, observação participante, análise documental etc.

ESTUDO DE CASO: DESENHO METODOLÓGICO

Stake (2000) aborda muitas questões relacionadas ao desenho de um estudo de caso e destaca a importância de identificar o caso a ser investigado. O estudo de caso, então, não deveria ser uma escolha decorrente apenas do interesse do pesquisador em fazer uma investigação empírica sem a pretensão de controlar algumas variáveis ou estabelecer nexos associativos mais fortes que tornem confiável a generalização empírica, mas do entendimento de que trata-se de um fenômeno complexo que deveria ser abordado no contexto específico no qual se manifesta. Em linhas gerais, Stake (2000) traz a contribuição de que para desenhar um estudo de caso é preciso que o caso seja robusto e esteja muito claramente identificado pelo pesquisador. É tal clareza que permitirá avaliar de que modo o estudo aprofundado do caso favorecerá o desenvolvimento do conhecimento sobre o fenômeno em foco.

Stake (2000) lista três principais pontos a serem observados na escolha de estudo de casos:

- Singularidade: otimizar a compreensão do caso e não necessariamente fazer generalização empírica a partir dele;
- Tipo de recorte: nem tudo de um caso pode ser compreendido, e nessa perspectiva, o pesquisador terá que fazer algumas escolhas, priorizando os aspectos que serão estudados em detalhes; e
- Linhas temáticas de investigação: um estudo de caso deve dispor de uma estrutura conceitual na qual os problemas de pesquisa ou linhas temáticas de investigação deverão estar organizados.

O pesquisador necessita reunir evidências para demonstrar que o fenômeno é singular e, em decorrência, que a abordagem teórico-metodológica de estudo de caso seria adequada. Stake (2000) afirma haver ainda três tipos de estudos de casos: *intrínseco*, *instrumental* e *coletivo*, e ressalta que nem todos os trabalhos desenvolvidos e intitulados como estudo de caso o são realmente, a exemplo de documentários de televisão ou de investigações de episódios, movimentos ou eras históricas. Ademais, prossegue o autor, é preciso considerar a existência de casos para ensino (casos Harvard, casos curtos, casos de incidentes críticos, casos *icebergs*, casos com foco na decisão etc), usados para ilustrar um aspecto teórico importante para fins didáticos, cujos princípios epistemológicos e metodológicos são distintos daqueles que subsidiam a abordagem de pesquisa intitulada estudo de caso.

O estudo de caso *intrínseco* é aquele em que o pesquisador pretende obter uma melhor compreensão do próprio caso. O objetivo não é o de construir teoria, mas sim o de levar adiante uma investigação oriunda do interesse intrínseco pela sua especificidade. Por exemplo, um gestor público de uma grande cidade pode estar interessado em conhecer de que modo uma prefeitura de um pequeno município conseguiu atrair seis grandes empresas em poucos anos, sendo que não havia boa infra-estrutura na região e nem mão-de-obra local qualificada. Tal escolha repercutiria na diminuição do rigor metodológico da coleta de dados e das análises subsequentes, visto que o interesse não estaria centrado na construção de teorias sobre as estratégias para atrair investimentos externos (estratégia de gestão pública) ou nas razões que levariam as grandes empresas a se instalarem no interior (estratégia de gestão de organizações), mas apenas na exploração do fenômeno em si.

O estudo de caso *instrumental*, por sua vez, é aquele em que se espera obter *insights* relacionados a algum tema para fins de construção de modelos teóricos que dêem suporte à generalização teórica no futuro. Um pesquisador experiente na área de gestão poderia então definir alguns aspectos mais promissores do ponto de vista teórico a serem observados e analisados no processo de estudo do caso, tais como, características do estilo de gerenciamento do prefeito

(modelos de gestão versus características pessoais do gestor), tipo de negócio (especificidades do setor de atuação) e porte das empresas instaladas (número de funcionários e dados demográficos e funcionais), nível de preparo da mão-de-obra local e condições de treinamento e qualificação oferecidos, além de características geográficas do município. As técnicas utilizadas poderiam ser a análise documental de dois períodos anteriores de gestão do município, entrevistas com o gestor público e os executivos das empresas, e/ou observações das instalações das empresas e de aspectos do cotidiano da cidade.

O estudo de caso *coletivo* é aquele em que vários casos são estudados conjuntamente para fins de investigação de um fenômeno. Dito de outro modo, é um estudo instrumental extensivo a vários casos. O pesquisador, ao investigar o mesmo tema que estamos usando como exemplo, poderia buscar referências de outros municípios do interior do próprio estado, ou de outros estados, bem sucedidos na atração e fixação de empresas de grande porte, e desenharia o estudo com a finalidade de identificar padrões comuns no estilo de gestão pública, nas características demográficas dos habitantes, nas condições geográficas da região, nos tipos de negócios das empresas instaladas e, também, nas facilidades de treinamento e qualificação da mão-de-obra local.

Ao adotar uma perspectiva mais pragmática, Yin (2001) assevera que a maior dificuldade do pesquisador reside na montagem do desenho de um estudo de caso. Diferentemente de experimentos ou estudos quase-experimentais em que há, por exemplo, análises estatísticas padronizadas, os estudos de casos carecem de um repertório já consolidado e definido de procedimentos, o que repercute na construção de distintos desenhos de pesquisa, a depender da formação e do entendimento do pesquisador.

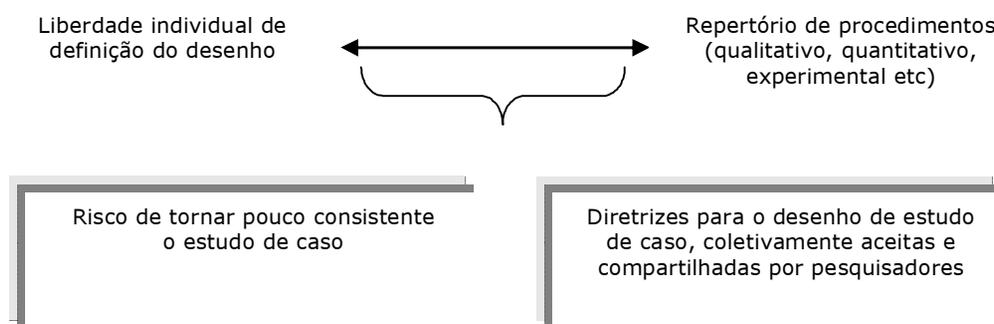
Pensar no desenho de um estudo de caso é definir a rota da investigação, em outras palavras, é escolher o ponto de partida para chegar-se ao lugar pretendido, dada sua importância para que outros possam avaliar em que condições e seguindo que passos as conclusões foram extraídas. De imediato, é preciso definir o problema de pesquisa e o escopo teórico em que ele está circunscrito. Se na perspectiva de Yin, a teoria pode preceder a investigação do estudo de caso e servir de base na formulação de proposições e hipóteses a serem testadas, na perspectiva de Glaser e Strauss (1967), a dinâmica é um tanto diferente, pois concebem a teoria (fundamentada ou comparada) como um processo de construção que vai sendo elaborado ao longo do próprio estudo de caso, quando a experiência mais direta com o fenômeno permitir rever premissas e definir o modelo teórico de referência inicial, dado o confronto contínuo da teoria construída com os fatos observados. Ainda que algumas vertentes mais radicais da abordagem qualitativa defendam a crença de que as premissas teóricas devam ser desprezadas no decorrer da investigação científica, visando à apreensão do fenômeno "puro" na consciência do pesquisador (como por exemplo, a fenomenologia), torna-se difícil negar que é necessário ter uma compreensão geral, ainda que preliminar, do fenômeno *antes* de iniciar o trabalho de campo, o que de certo modo pode ser caracterizado como uma teorização sobre o fenômeno (Levy, 2003; Marshall, 1999; Vasconcelos e Vasconcelos, 2002).

Yin (2001) sugere que o desenho de um estudo de caso deva incluir cinco aspectos: i) perguntas de pesquisa do estudo; ii) proposições teóricas; iii) unidade(s) de análise; iv) lógica de articulação entre dados coletados e as proposições; e v) critérios para a interpretação de dados. Os três últimos aspectos parecem ser os mais problemáticos. Um estudo de caso precisa responder, pelo menos em parte, às perguntas que se referem ao "como" ou "por que" determinado fenômeno se apresenta de modo específico. Algumas proposições ou premissas deverão nortear o olhar para o caso, pois na ausência delas o pesquisador é tentado a investigar tudo e coletar todos os dados relacionados ao caso em um tempo indeterminado, o que revela-se difícil de ser operacionalizado. Feita essa demarcação, ficarão mais claras as unidades de análise e/ou as fontes de coleta de dados.

Uma vez feita a coleta de dados, o pesquisador irá buscar padrões comuns que possam lançar luz sobre suas proposições ou para a formulação daquelas, não previamente elaboradas. Finalizando o processo, o pesquisador definirá, conforme sua experiência pessoal, critérios para a interpretação dos dados encontrados, o que constitui um dos problemas metodológicos.

A constatação da ausência de sistematização nos desenhos de estudos de casos, que tornam o seu delineamento metodológico uma tarefa difícil para o pesquisador, seria uma justificativa plausível para as várias formas como os estudos de casos têm sido conduzidos nas últimas décadas, o que contribui para a difusão da crença de que se trata de uma abordagem frágil de pesquisa, especialmente quando a perspectiva adotada é de natureza qualitativa (Kidd, 2002). Dessa forma, ao circunscrever a prática de estudo de caso pode-se usar um *continuum* para ilustrar como esta dinâmica ocorre (Figura 1):

Figura 1 - Continuum que Expressa os Dois Pólos de Tensão na Abordagem do Estudo de Caso



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo

A Figura 1 ilustra a tensão metodológica no estudo de caso que transita em uma via de duas direções: em uma delas o pesquisador encontrará uma paisagem de maior liberdade de desenho metodológico, enquanto na direção oposta terá de adequar seus interesses pessoais a procedimentos de método, fundamentais à consolidação de uma abordagem de pesquisa. Vê-se, assim, que a decisão pelo estudo de caso está envolta nesse jogo de forças dos dois extremos de um *continuum*.

Acredita-se que a opção por uma ou outra direção esteja relacionada com as concepções que os pesquisadores têm sobre o estudo de caso e a formação acadêmica que tiveram. Yin (2001), por exemplo, critica a definição de estudo de caso de Stake (2000) por considerá-la muito ampla, o que tornaria difícil a delimitação da área de aplicação do estudo de caso, visto que ao priorizar-se a especificidade do objeto de estudo como principal fator a ser observado, qualquer objeto poderia ser considerado um estudo de caso e pouca atenção seria dada ao protocolo de pesquisa que detalharia os procedimentos adotados para estudar o caso, flexibilidade esta que enfraquece o método. Torna-se aconselhável, portanto, associar a escolha do caso a ser estudado à explicitação clara dos procedimentos a serem seguidos para investigá-lo.

Stake (2000), autor que adota uma abordagem qualitativa, refere-se a Yin como um representante de uma linha de pensamento mais afinada com a abordagem quantitativa, visto que sua atenção dirige-se para o rigor dos procedimentos metodológicos em detrimento da qualidade do caso a ser investigado, mas em nosso ponto de vista ambos parecem compartilhar a crença de que os estudos de casos de orientação intrínseca (focados apenas no caso e não na generalização

empírica) são menos significativos do que aqueles em que a preocupação com o refinamento teórico esteja associada à obtenção de generalizações pertinentes a uma população, o que poderia ser obtido por meio da saturação de respostas. Dito de outro modo, se a generalização teórica pode vir a ser obtida pelo refinamento do modelo que pretende explicar ou compreender o fenômeno do qual o caso é uma parte, a generalização empírica pode ser alcançada, ainda que de modo limitado, pela repetição de padrões de respostas que permitem inferir que uma estrutura significativa foi identificada para uma classe limitada de casos que apresentem características semelhantes. É indiscutível que por trás destas observações críticas há a polêmica entre, de um lado, a abordagem metacientífica idiográfica e qualitativa e, de outro, a abordagem nomotética e quantitativa, que parece servir de orientação para cada um dos dois autores respectivamente, Stake e Yin.

As referências bibliográficas e resultados de pesquisas apresentados na introdução deste artigo sugerem que grande parte dos pesquisadores que faz uso do estudo de caso na área de organizações de trabalho se localiza no lado esquerdo do *continuum* da Figura 1, o que torna bem mais complexa e desafiadora nossa tentativa de caminhar em direção a uma perspectiva mais integradora do que venha a ser o estudo de caso. A rigor, há muitas dificuldades no processo de construção do conhecimento e temos de avançar muito para aproveitar a riqueza dos estudos de casos, o que requer adotar procedimentos metodológicos mais cuidadosos que garantam seu valor heurístico para a elaboração teórica.

Um dos grandes desafios é o de encontrar respostas mais satisfatórias para as críticas dirigidas aos estudos de casos, especialmente para aqueles que optam pela perspectiva qualitativa. Deparamo-nos, então, com o problema da validade do estudo de caso.

A VALIDADE DE UM ESTUDO DE CASO: DESAFIOS

O estudo de caso, como vimos, é uma abordagem amplamente utilizada por pesquisadores de vertente qualitativa. Não se trata, neste momento, de defender a pesquisa qualitativa ou a quantitativa. Yin (2001) e Stake (2000), inclusive, ao mencionarem as críticas feitas à validade dos estudos de casos, não reduzem a discussão a estes termos. Da mesma forma que questões desafiadoras devem ser respondidas por outras estratégias de pesquisa, a abordagem teórico-metodológica de estudo de caso também tem de encontrar respostas mais satisfatórias para as críticas provenientes de seus oponentes, devendo oferecer diretrizes e fundamentos claros que permitam guiar seus pretensos defensores.

Em linhas gerais, ao se tomar como referência os autores analisados neste artigo, principalmente, Stake e Yin, podemos identificar alguns dos principais problemas da pesquisa de estudos de casos.

- DIFERENÇAS NAS MODALIDADES DE ESTUDOS DE CASO: estudo de caso para fins de ensino (exemplificação – descrição sumária e pouco fundamentada) e estudo de caso para fins de pesquisa (descrição detalhada, interpretativa/explicativa e argumentativa).
- LIMITES DE GENERALIZAÇÃO: que tem sido mais empírica do que teórica.
- ESTILO DE REDAÇÃO: descrições simplificadas ou fragmentadas dos eventos empíricos sem preocupação com a articulação teórica (integração de várias fontes de coleta de dados e níveis de análise).
- PERFIL DO PESQUISADOR: ao contrário do que se é levado a crer, o estudo de caso exige maturidade do pesquisador para lidar com os inúmeros fatores que atuam no caso investigado.
- VALOR CIENTÍFICO DE UM ÚNICO (SIMPLES) CASO: justificar como um único caso pode contribuir para o desenvolvimento da ciência.
- ESCASSEZ DE CONTROLE DE VARIÁVEIS: subjetividade do pesquisador.

Para Yin (2001), a prática comum de adotar estudos de casos na sala de aula como recurso didático de exemplificação e reflexão de postulados teóricos (casos para ensino) dificulta muitas vezes a diferenciação do estudo de caso como estratégia de pesquisa. Estudos de casos de exemplificação apenas servem para ilustração teórica e pouco contribuem para a construção de modelos teóricos, sendo que sua finalidade é justamente o contrário, dar um exemplo de algo que já se demarcou teoricamente. O estudo de caso como abordagem teórico-metodológica de pesquisa demanda um estilo de redação mais detalhado que torne transparente o aprofundamento da investigação. (Eisenhardt, 1999; Jóia, 2004; KOPINAK, 1999; Levy, 2003; Marshall, 1999).

A justificativa para que o pesquisador seja mais maduro e experiente, contrariando o entendimento vulgar de que qualquer um é capaz de conduzir estudos de casos, é a de que ao se propor estudar um fenômeno complexo em que vários fatores atuam concomitantemente para sua ocorrência, o pesquisador precisará dispor de habilidades cognitivas capazes de articular todos eles de modo que torne compreensível esse fenômeno aos olhos dos outros. O alvo é a construção de um modelo teórico. Stake (2000), ao seguir tal linha argumentativa ousa um pouco mais na defesa da importância teórica e afirma que um único caso, estudado de modo planejado e aprofundado é capaz de estar na base da construção de modelos teóricos complexos. Então, embora Stake e Yin discordem em alguns aspectos, eles parecem concordar em pelo menos dois pontos: i) a escolha do tipo de estudo de caso a ser realizado é uma variável importante na qualidade do conhecimento advindo da pesquisa e ii) a maior contribuição do estudo de caso reside na construção teórica. Stake, no entanto, afirma que tal teoria é elaborada ao longo do processo de aprofundamento do entendimento do caso, enquanto Yin assevera que alguns aspectos teóricos já devem orientar a demarcação do estudo de caso e a forma de coleta de dados, sugerindo que o modelo teórico explicativo construído a partir do estudo de caso seja um aperfeiçoamento ou uma sofisticação das proposições que orientaram o desenho metodológico.

Ao contrário de Stake, Yin avalia a qualidade do projeto metodológico do estudo de caso de acordo com as exigências da abordagem teórico-metodológica quantitativa, para a qual a validade é obtida pela observância de quatro critérios: validade de construto, validade interna, validade externa e confiabilidade.

A validade de construto estabelece formas de mensurar ou identificar empiricamente aspectos relativos aos conceitos que estão sob análise e observação. Em sendo assim, o estudo de caso deve oferecer fontes múltiplas de evidências adequadas ao que se quer avaliar (demarcação do escopo do aprofundamento do caso). No nosso entendimento, este parece ser o objetivo tanto de uma abordagem quantitativa, quanto qualitativa. A validade interna, por sua vez, diz respeito às possibilidades de demonstrar nexos causais, o que exige controle de variáveis para proceder à análise temporal (antecedente e conseqüente). Para nós, o estudo de caso de abordagem qualitativa dificilmente poderá atender a esse critério, visto que o mais importante em tal abordagem de pesquisa é a compreensão (e não explicação) de um fenômeno em um contexto de significado (busca de sentido), ou seja, a interpretação e não o controle de variáveis. A perspectiva quantitativa, ao contrário, tem a preocupação com a formulação de leis gerais obtidas via controle estatístico (por exemplo: *survey* e estudos de correlação) e de variáveis (estudos experimentais), ajustando-se melhor a esta exigência.

A validade externa demarca o domínio de inferência passível de generalização, oferecendo a lógica da replicação do estudo de caso. Em nossa opinião, está intimamente relacionada com a confiabilidade, que procura zelar para que os procedimentos adotados possam ser repetidos visando a obter os mesmos resultados. Não é difícil concluir que um estudo de caso de abordagem qualitativa não conseguirá atender integralmente as duas últimas exigências apontadas por Yin, em especial, a generalização empírica. É fato que em outro ponto deste artigo fizemos referência à possibilidade de generalização empírica por meio da saturação de respostas, mas cabe alertar que o escopo dessa generalização é limitado. Mais do que a generalização empírica, a repetição de um protocolo de pesquisa de estudo de caso permite o refinamento teórico, pois outros casos podem trazer

novos elementos a serem integrados ao modelo teórico, que pelas semelhanças ou diferenças com o caso anterior não haviam sido até então evidenciados (generalização e ampliação teórica).

A VALIDADE DE MODELOS TEÓRICOS A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO: A IMPORTÂNCIA DA TRIANGULAÇÃO

Ao defendermos o ponto de vista que os estudos de caso cumprem um papel fundamental na construção de modelos teóricos, encontramos um outro desafio. Como podemos construir bons modelos teóricos? Em outras palavras, como estar seguros de que estamos construindo uma boa teoria? Para tentar responder pelo menos em parte a essa inquietante pergunta, devemos trazer para a discussão o tema da triangulação. Afinal, qual será a sua importância?

A metáfora da triangulação (Scandura e Williams, 2000) foi inspirada na navegação e na estratégia militar, e faz alusão ao uso de múltiplos pontos de referência para localizar com precisão exata a posição de um objeto. Sua importância reside no fato de: i) testar diversos recortes e ângulos de abordagem de um mesmo fenômeno; ii) empregar uma variedade de estratégias de coleta de dados para testar uma teoria de diversas maneiras; e iii) comparar o julgamento de investigadores para minimizar vieses, identificando convergências e divergências. Se, de um lado, a triangulação interna entre várias fontes de coleta de dados aumenta a complexidade da pesquisa e dos dados a serem analisados, de outro, ela garante a consistência dos resultados, quer seja pela confluência (várias fontes de coleta concluindo a favor dos mesmos resultados), quer pela complementaridade (várias fontes de coleta proporcionando resultados parciais e complementares).

Kopinak (1999) utilizou a triangulação para validar os resultados e a elaboração teórica subsequente de uma investigação sobre o bem-estar de refugiados em Toronto no Canadá. Além disso, percorreu também sobre o manejo de várias fontes de coleta de dados qualitativos (observações etnográficas) e quantitativos (indicadores demográficos e de saúde) para a construção de seu modelo teórico.

Souza e Gomes (2003) afirmam que o uso combinado de métodos qualitativos e quantitativos em diversas áreas necessita de um novo entendimento da relação entre métodos de investigação e pesquisa, que conceba a triangulação como complementaridade e abandone a crença da qualidade e da quantidade como antagônicas. Apoiados na fenomenologia semiótica que trata da relação entre teoria e método e entre evidência e interpretação, os referidos autores discutem as relações entre quantidade e qualidade a partir da diferenciação entre dados (data) e tomados (capta). O dado, fundamental na abordagem quantitativa, é o que é para ser demonstrável, enquanto o tomado, objeto da abordagem qualitativa, é o que é para ser descoberto (inovado). O dado é a evidência (necessidade lógica e matemática e probabilidade estatística), enquanto o capta é o tomado como evidência (o campo do simbólico, da essência do fenômeno, e dos artefatos históricos e culturais). A rigor, para os mesmos autores, a quantidade e a qualidade se situam em um campo metaforicamente construído, o da figura-fundo, mantendo uma relação de reversibilidade (da qualidade para a quantidade e da quantidade para a qualidade) e fortalecem o seu ponto de vista afirmando que a superação da fragmentação dualista, não se dá pela eliminação de um dos opostos ou pela síntese dialética, mas pelo trânsito dinâmico entre os extremos de uma mesma dimensão (Souza e Gomes, 2003, p.90).

Se formos levados a concordar com Gerring (2004) que todo estudo de caso é inerentemente ambíguo, podemos pensar que uma alternativa para validar os modelos teóricos construídos a partir de estudos de casos seja a análise de múltiplos casos, visando a identificar padrões e similaridades entre eles e obter a saturação de respostas (caracterizada pela ausência de novas informações significativas sobre o tema em estudo além das até então apresentadas).

Jóia (2004), ao basear-se em dois casos que envolviam parceria entre instâncias governamentais e o desenvolvimento de sistemas de informações (Banco Central, o Poder Judiciário e o Senado Federal), descreve como estudos de casos múltiplos podem ser usados para o desenvolvimento de modelos heurísticos² bastante úteis aos gestores nessa atual era de incerteza, na qual o pragmatismo prevalece, a despeito do aprofundamento teórico. O referido autor argumenta que os modelos heurísticos servem a uma representação da realidade, mas a confiabilidade só poderá ser alcançada se houver detalhamento dos procedimentos metodológicos de coleta de dados, base para a reconstrução teórica e para a replicação dos procedimentos.

O problema é a complexidade com a qual temos de lidar no confronto contínuo entre teorias e fatos. Quando emerge o conflito entre a teoria e o dado, devemos enfrentar o confronto, pois talvez resida aí a chance de aperfeiçoar o modelo teórico. Em sendo assim, um pesquisador não deverá temer o confronto da teoria com o dado, pois faz parte de todo empreendimento científico.

É comum afirmar que um estudo de caso nunca serve à confirmação de uma teoria, mas, a rigor, não podemos nos esquecer que a confirmação é uma ilusão (falácia da indução), pois não é o número de observações e constatações que nos aproximam da teoria verdadeira. Como tão bem afirmou Popper (1982), em sua defesa do método hipotético-dedutivo, um único caso (contra-exemplo) é suficiente para refutar uma formulação teórica geral.

O foco da questão se desloca, então, para a validade de uma teoria construída e redefinida ao longo do processo de coleta de dados. Isto se torna defensável se o objetivo não for o de testar hipóteses, o que exigiria um rígido controle de variáveis, visto ser o "diálogo" entre teoria e fatos muito importante para a redefinição teórica e até mesmo para a construção de hipóteses a serem testadas futuramente. Enfim, se o objetivo do estudo de caso qualitativo é a compreensão, o interjogo entre fato e formulação teórica se torna contínuo e sofre alterações durante o processo de investigação.

Quando, então, podemos dizer que um modelo teórico é de boa qualidade? Quando consegue oferecer compreensão para grande parte dos casos. A força de uma hipótese ou modelo teórico derivado de estudos de casos está no confronto permanente da teoria com os fatos (dado e tomado), aumentando as chances de a teoria ser refinada. A fraqueza está no risco da especificidade de um caso, promovendo uma generalização ilusória para outros casos.

Enfim, uma boa teoria deve estar apoiada em proposições passíveis de serem colocadas à prova, mantendo a consistência interna. Além disso, uma boa teoria deve ser fértil na geração de novos *insights*. Ainda que não se possa garantir que toda teoria seja proveniente propriamente de um confronto com os fatos, quando assim o for, é preciso explicitar de modo claro os procedimentos metodológicos adotados para selecionar os participantes, a coleta de dados e as análises realizadas.

² *A heurística é um termo de origem grega que se refere a um conjunto de estratégias de pensamento simples e eficiente. No campo da psicologia social, a heurística é objeto de estudo do julgamento que fazemos das outras pessoas (Myers, 2000) e dos processos de tomada de decisão. A rigor, a heurística é considerada um atalho adotado pelo raciocínio humano para chegar mais rapidamente a uma conclusão que permita tomar uma decisão. De certo modo, embora a heurística seja útil à racionalidade humana, pois não somos capazes de processar todas as informações para tomar uma decisão, estes atalhos podem nos levar a cometer equívocos de julgamento. Há pelo menos dois tipos de heurística: representativa (julgamos algo pela comparação intuitiva com nossa representação mental de uma categoria. Ex: já tive dois carros da marca X e tive vários problemas com eles. Qualquer modelo da marca X vou julgar com desconfiança, independente de qualquer especificação técnica e conselho de especialistas) e das lembranças disponíveis (julgamos com base no que lembramos com mais facilidade. Ex: A ênfase de notícias de violência na cidade A, podem nos fazer responder apressadamente que entre B e A, essa última cidade é mais violenta, muitas vezes ignorando dados estatísticos que contrariariam esta conclusão). A rigor, Jóia tratou a heurística como um modelo teórico simplificado, mas significativo, capaz de oferecer uma boa representação do fenômeno objeto de estudo e profícuo para sua compreensão.*

A validade teórica e o poder de explicação de um estudo de caso estão relacionados ao quanto o caso permite integrar vários níveis de abordagem do fenômeno. O estudo de caso não é uma amostra para ter poder de generalização empírica (aplicável a toda a população). Sua pretensão é a generalização analítica, ou seja, teórica. Tal generalização, no entanto, não é automática, como ocorre com a generalização empírica. Ela depende de um refinamento teórico (termos e conceitos) e da tentativa bem sucedida de adequação a outros contextos (Yin, 2001). Esse parece ser um ponto comum entre autores de abordagem qualitativa e quantitativa.

UM OLHAR SOBRE OS ESTUDOS DE CASOS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO NACIONAL NA ÁREA

Para dar suporte e alinhar os argumentos apresentados neste artigo, realizamos uma análise de artigos publicados nos últimos anos em periódicos nacionais e nos Encontros Nacionais dos Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPADs). Utilizamos duas fontes de coleta de dados. A primeira foi a escolha de periódicos em administração de repercussão nacional e de fácil acesso à consulta. Analisamos, então, as publicações da Revista de Administração da USP (RAUSP), Revista de Administração Contemporânea (RAC) e Revista de Administração de Empresas (RAE), do período de 2001 a 2004 e, também, as publicações da Revista Organizações & Sociedade (O&S) do período de 2001 a 2003. A segunda fonte de coleta de dados foi os CDs dos ENANPADs 2002, 2003 e 2004.

Os artigos de periódicos foram selecionados a partir da leitura dos resumos de cada número, visando a identificar os provenientes de estudo de caso. Para os CDs dos ENANPADs, o procedimento foi diferente, devido ao número muito grande de artigos publicados. Sendo assim, optou-se por concentrar a pesquisa nos anos de 2002 a 2004 e fazer uma busca pela palavra "caso" no título do artigo em apenas quatro áreas temáticas, que segundo nosso ponto de vista poderiam reunir um maior número de estudos de casos: "Organizações/Comportamento Organizacional" (COR), "Estratégia em Organizações" (ESO), "Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho" (GRT) e "Organizações/Teoria das Organizações" (TEO). A Tabela 1 apresenta os artigos distribuídos por ano e fonte analisados.

Tabela 1 - Artigos Analisados por Ano e por Fonte Coletada³

Ano	2001	2002	2003	2004	Total
Fonte					
Enanpads		22	27	44	93
RAUSP	3	3	1	1	8
RAE	1	7	7	6	21
O&S	4	7	12		23
RAC	0	0	12	1	13
TOTAL	5	36	58	51	158

³ Exceto a RAE (eletrônica) que tem periodicidade semestral e a O&S que no período analisado ainda era quadrimestral, os outros periódicos, RAC e RAUSP, são editados trimestralmente. O último exemplar analisado da RAC foi o vol.8, n.2 de abril/junho de 2004. Da RAUSP foram analisados os exemplares a partir do vol.32, n.2 de abril/junho de 2001 até o volume 38, n.3 de julho/setembro de 2003. No ano de 2004, apenas o vol.30, n.3, julho/setembro foi analisado. A última revista pesquisada da RAE foi o vol.3, n.2, julho/dezembro de 2004. Por fim, a última revista da O&S pesquisada foi o vol.10, n.28 de setembro/dezembro 2003. É oportuno assinalar deste já que a exclusão da edição de 2001 do ENANPAD e de todos os exemplares de 2004 dos periódicos investigados limitou algumas análises, mas os autores procuraram compensar isto explorando o tratamento global dos 158 artigos.

Para fins de análise foram definidos os seguintes critérios: i) abordagem qualitativa e/ou quantitativa do estudo de caso; ii) técnicas de coleta de dados (observação, análise documental, entrevistas, grupos focais etc); iii) nível de detalhamento do caso (superficial ou aprofundado); iv) referência explícita a autores de metodologia e de abordagem de estudo de caso; e v) modalidade de tratamento concedida ao caso (comparação com outros estudos de caso, comparação com teoria e, por último, a construção e o refinamento teórico atrelados à comparação com outros casos). O Quadro 1 apresenta em detalhes os critérios para julgamento dos artigos para fins de classificação. Os artigos foram distribuídos entre quatro dos autores deste artigo e mais dois membros integrantes do grupo de pesquisa coordenado pela primeira autora. Fizemos um teste da aplicação de critérios a partir da leitura de 10 artigos e dirimimos as dificuldades de entendimento de categorização, para prosseguir a análise. Cada artigo foi lido por apenas um juiz, e somente quando havia dúvida na aplicação do critério, o artigo era redistribuído e outro juiz procedia a uma nova leitura e análise, o que ocorreu apenas três vezes.

Quadro 1 - Especificação dos Critérios de Análise dos Artigos

Critério	Especificação
ABORDAGEM	<p>Qualitativa – quando a pesquisa priorizava a descrição, a busca de significado, a compreensão e a interpretação do fenômeno em um contexto dado, sem se preocupar com o controle estatístico ou de variáveis.</p> <p>Quantitativa – quando a pesquisa priorizava a explicação, a busca de nexos causais ou correlacionais, valendo-se de controle estatístico ou de variáveis.</p> <p>Quali-quant – uso das duas abordagens concomitantemente.</p>
TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	Explicação pelo autor dos procedimentos de coleta de dados adotados, tais como, entrevistas, observação, análise documental, grupos focais, questionários, escalas etc.
NÍVEL DE DETALHAMENTO	<p>Superficial – quando o caso é descrito resumidamente sem oferecer informações mais detalhadas sobre o fenômeno objeto de estudo. Ex: se o objeto do estudo de caso era uma organização, havia poucas referências sobre o contexto da história da organização, estrutura e dinâmica organizacional, número de funcionários, perfil dos funcionários, ramo de negócios, fase em que se encontrava a organização, principais problemas etc.</p> <p>Aprofundado – presença de informações mais detalhadas sobre o objeto de estudo de caso. Ex: em se tratando de uma organização havia informações detalhadas sobre o ramo de negócio, contexto de inserção no mercado, perfil dos funcionários, estrutura, fase de desenvolvimento, permitindo ao leitor ter uma visão mais ampla da organização sob estudo.</p>
REFERÊNCIA EXPLÍCITA A AUTORES DE METODOLOGIA	Indicação de autores que serviram de base para a elaboração do desenho metodológico: autores de manuais de metodologia de pesquisa e autores mais voltados para a discussão de estudos de caso. Buscou-se esta referência na seção de métodos do artigo em análise.

Critério	Especificação
MODALIDADE DE TRATAMENTO CONCEDIDA AO CASO	<p>Comparação com outros casos – quando os autores comparavam os resultados de seu caso com os de outros casos semelhantes decorrentes de estudos sobre o mesmo fenômeno (foco na comparação dos resultados). Incluímos na categoria de outros casos os oriundos do desenho de múltiplos casos (comparação interna entre casos da mesma pesquisa) ou de estudos de casos realizados por outros autores.</p> <p>Comparação com a teoria – quando os autores faziam comparação dos resultados obtidos pelo seu estudo de caso ou múltiplos casos com a teoria que deu suporte ao desenho metodológico e que foi explicitada por eles no artigo, sinalizando o interesse em refinar o modelo teórico com base no confronto da teoria com os dados encontrados. Ao final do artigo sinalizavam conclusões que permitiam trazer novos <i>insights</i> teóricos do fenômeno.</p> <p>Comparação com a teoria e com outros casos – quando os autores contemplavam tanto a comparação com outros casos internos ou externos à pesquisa que desenvolveram quanto o refinamento teórico.</p>

Os dados foram lançados no SPSS (Statistical Package of Social Science) versão 10.1 e analisados descritivamente em termos de distribuição de frequência e cruzamento por meio do Qui-quadrado, visando a encontrar significância estatística na comparação entre os casos.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Ao procedermos à distribuição de frequência dos 158 artigos nos deparamos com alguns resultados previsíveis e outros que nos chamaram a atenção. Do total, 125 se apoiaram na abordagem qualitativa, 16 na quantitativa, 11 na dupla abordagem quali-quantitativa e 6 não havia especificação. Em relação ao nível de detalhamento do caso, 105 foram julgados como aprofundados, contra 53 considerados superficiais. As técnicas mais utilizadas foram a entrevista em conjunto com a análise documental (n=38), seguidas pelo uso concomitante da entrevista e da observação participante (n=30) e, em seqüência, somente a entrevista (n=27). No que se refere aos autores de metodologia de pesquisa, 73 artigos não mencionaram sequer um autor, o que é digno de nota em um universo de 158 artigos, visto representar aproximadamente 50% do total. Constatamos, também, uma pulverização de citações, pois o número de autores de metodologia referidos nos artigos variou de um autor (em 72 artigos) a oito autores (em quatro artigos), embora tenha sido visível a preferência por Yin (Vide Tabela 2)

Tabela 3 - Cruzamento das Variáveis Ano de Publicação e Comparação com Outros Casos e Modelos Teóricos

Ano de Publicação		Comparação com outros casos e modelos teóricos				TOTAL
		Não compara	Compara outros Casos	Compara modelos teóricos	Compara casos e teoria	
2001	F	1	2	4	1	8
	FE	3,7	0,9	2,7	0,7	8,0
2002	F	18	4	14	3	39
	FE	18,3	4,2	13,3	3,2	39,0
2003	F	36	8	11	4	59
	FE	27,6	6,3	20,2	4,9	59,0
2004	F	19	3	25	5	52
	FE	24,4	5,6	17,8	4,3	52,0
TOTAL	F	74	17	54	13	158
	FE	74,0	17,0	54,0	13,0	158,0

($\chi^2 = 17,066$, gl= 9, p=0,04)

F= frequência e FE= frequência esperada

Um outro resultado interessante que, não obstante, deve ser observado com semelhante cautela, pelas mesmas razões anteriormente apontadas, é o cruzamento das variáveis periódicos e ENANPADs, de um lado, e a abordagem escolhida (qualitativa, quantitativa e quali-quantitativa), de outro, que também apresentou significância marginal (Tabela 4). Os dados apresentados na Tabela 4 sugerem que mais de 76% dos artigos lidos em cada fonte são oriundos de abordagem qualitativa.

Tabela 4 - Cruzamento das Variáveis Periódicos e ENANPADs versus Abordagem Metodológica

Fonte		Abordagem metodológica				TOTAL
		Qualitativa	Quantitativa	Quali-quantitativa	Não definido	
ENANPAD	F	74 (79,56%)	11 (11,82%)	6 (6,46%)	2 (2,16%)	93 (100%)
	FE	73,6	9,4	6,5	3,5	93,0
RAE	F	16 (76,19%)	2 (9,52%)	3 (14,29%)	0	21 (100%)
	FE	16,6	2,1	1,5	0,8	21,0
RAC	F	10 (76,92%)	1 (7,69%)	2 (15,39%)	0	13 (100%)
	FE	10,3	1,3	0,9	0,5	13,0
O&S	F	18 (78,26%)	1 (4,35%)	0	4 (17,39%)	23 (100%)
	FE	18,0	2,3	1,6	0,9	23,0
RAUSP	F	7 (87,5%)	1 (12,5%)	0	0	8 (100%)
	FE	6,3	0,8	0,6	0,3	8,0
TOTAL	F	125	16	11	6	158
	FE	125,0	16,0	11,0	6,0	158,0
PORCENTAGEM		79,11%	10,1%	6,98%	3,8%	100%

($\chi^2 = 19,846$, gl= 12, p=0,07)

F= frequência e FE= frequência esperada

**Tabela 2 - Distribuição dos Autores por Nome e
Frequência de Aparecimento nos Artigos Analisados**

Autor	Frequência
Yin	55
Triviños	9
Gil	7
Eisenhardt	6
Godoy	4
Roesch	4
Smircich	4
Strauss	4
Total	93

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa

No que diz respeito à frequência de comparações com outros estudos de caso e com modelos teóricos, o resultado foi que 74 artigos não fizeram qualquer tipo de comparação, o que sugere que procederam apenas à descrição do caso; 54 artigos procederam à comparação com modelos teóricos, o que é indício de alguma preocupação com o refinamento teórico; 17 compararam com outros casos e somente 13 realizaram uma comparação tanto com outros casos quanto com modelos teóricos.

Este resultado nos permite concluir que apesar de 65% dos artigos descreverem o caso em profundidade, oferecendo informações relevantes para seu entendimento, a preocupação com a generalização teórica não ficou evidenciada, visto a baixa frequência de comparações com outros casos que trouxessem à tona as semelhanças e as diferenças entre eles, o que ajudaria significativamente o refinamento teórico e a identificação das inconsistências da teoria construída no confronto com um ou mais casos. O que parece ocorrer é que o estudo de caso na pesquisa confunde-se com o estudo de caso como recurso didático no processo de ensino-aprendizagem (caso para ensino).

Grande parte dos cruzamentos entre variáveis que fizemos no intuito de encontrar diferenças dignas de nota não apontou significância estatística. Embora os resultados indiquem que a abordagem qualitativa esteja relacionada com a apresentação detalhada do caso ($\chi^2= 10,574$, $gl= 3$, $p=0,01$), a escolha da abordagem (qualitativa, quantitativa, quali-quant) não está relacionada com a comparação com outros casos e com modelos teóricos. Em outras palavras, os estudos de casos de natureza qualitativa não buscam mais o refinamento teórico do que os estudos de casos de natureza quantitativa ou ainda quali-quant. Não há relação significativa também entre as técnicas utilizadas e o tipo de comparação feita no estudo de caso.

Um resultado curioso aparece, porém, quando comparamos o ano de publicação e o tipo de comparação feita (Tabela 3). Não podemos nos esquecer que estes resultados têm de ser observados com cautela, visto que a análise não incluiu os artigos de 2001 do ENANPAD e nem todos os exemplares de 2001 a 2004 dos quatro periódicos. Não analisamos, por exemplo, os exemplares de 2004 da O&S. De qualquer forma há uma sinalização, ainda que marginal, da tendência de crescer a comparação com modelos teóricos (frequência esperada 17 e frequência obtida 25; $\chi^2= 17,066$, $gl= 9$, $p=0,04$), embora entre 2002 e 2003 tenha crescido substancialmente o número de artigos que não fazem qualquer tipo de comparação, quer seja teórica ou empírica, sugerindo que o caso é apenas descrito, sem preocupação com o refinamento teórico (frequência esperada em 2003 de 27,6 e frequência obtida 36). O aspecto positivo da questão, ao compararmos número semelhante de artigos nos anos de 2003 ($n=59$) e 2004 ($n=52$), é que houve um decréscimo da não comparação, deslocando a tendência para a comparação com modelos teóricos.

A Tabela 4 apresenta resultados consistentes com a tendência apontada por Caldas (2003) e Teixeira Júnior (2002) de que estudiosos brasileiros da área de administração fazem mais uso da abordagem qualitativa, o que foi igualmente sinalizado por Gerring (2003) em relação à pesquisa em ciência política. Mas ao contrário do que Teixeira Júnior (2002) concluiu, a segunda abordagem mais usada nos artigos analisados foi a quantitativa (e não a dupla abordagem quali e quanti), apesar de a diferença em relação à abordagem qualitativa ter sido pouco expressiva.

Embora a análise de artigos apresentada neste trabalho não tenha tido o escopo da pesquisa realizada por Vergara e Peci (2003), nossas conclusões corroboram os resultados encontrados por esses últimos autores no que se refere à literatura nacional. Ainda que tenhamos focado o uso do estudo de caso e a pesquisa de Vergara e Peci (2003) na identificação de tendências metodológicas, é curioso constatar que apesar de a RAUSP seguir a tendência estrangeira de domínio de métodos quantitativos, incluindo muitos artigos com finalidades explicativas, mais do que exploratórias e qualitativas, quando o artigo é decorrente de um estudo de caso, a tendência é usar a abordagem qualitativa. Ao focarmos a análise na RAE, os resultados foram um pouco distintos, visto que na pesquisa de Vergara e Peci, 50% dos artigos foram de natureza qualitativa, enquanto na pesquisa aqui apresentada, cujo foco foi no estudo de caso, este percentual subiu para mais de 76% entre 2001 e 2004.

Apesar de compartilharmos as ponderações de Scandura e Williams sobre o risco de um estudo de caso de abordagem qualitativa ser mal conduzido, por muitas vezes estarem apoiados apenas em entrevista como fonte de coleta de dados e apresentarem conclusões irrelevantes, pouco contribuindo para a compreensão do fenômeno, defendemos a crença de que a triangulação interna se apresenta como uma alternativa viável. Em outras palavras, várias fontes de coleta de dados fortalecem os resultados ou complementam a compreensão do caso.

No que tange à técnica, encontramos uma tendência de uso de múltiplas fontes de dados para apreender o fenômeno, o que mantém consistência com os critérios que orientam a escolha da abordagem do estudo de caso. A entrevista aparece como técnica central, mas de modo combinado com a análise documental e a observação participante, superando o seu uso como única fonte de coleta de dados, ao contrário dos resultados encontrados por Bufoni (2002) na área de administração de informação, em que a entrevista foi a única técnica escolhida em 79% dos casos.

Um outro aspecto digno de menção nesta discussão dos resultados é o fato de Yin figurar entre os autores mais citados, o que em certo sentido causa estranheza, em especial quando essa é a única referência metodológica apresentada no artigo, cujos autores afirmam estar orientados por uma abordagem qualitativa. Yin é um autor de abordagem quantitativa e apresenta críticas em relação aos autores de abordagem qualitativa, em especial Stake. Os autores de metodologia referidos nos artigos que analisamos inserem-se no grupo daqueles que redigiram manuais gerais de pesquisa e não necessariamente sobre abordagem qualitativa, nem mesmo sobre estudos de casos. O que consideramos grave em nossas conclusões é que os autores que fazem uso de estudo de caso não parecem plenamente cômicos das implicações dessa opção teórico-metodológica, o que inferimos a partir da análise dos autores aos quais se reportam em seus próprios textos.

Apesar desse aspecto crítico e preocupante, a análise colocou em destaque um ponto bastante positivo, qual seja, o crescimento do uso de pesquisa qualitativa e de estudos de casos juntamente com o detalhamento do caso em profundidade e, embora a ausência de comparação seja um ponto negativo por seu aumento expressivo de 2002 e 2003, constatou-se um decréscimo significativo no ano de 2004, deslocando o foco para a comparação com modelos teóricos, o que cria o terreno propício para o refinamento da teoria que pretende compreender ou explicar o fenômeno estudado.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Ressaltamos na introdução deste artigo nosso interesse em contribuir para o processo de reflexão conceitual e metodológica dos estudos de casos. Partimos da premissa de que um dos maiores problemas era a ausência de descrição mais aprofundada do caso, mas a análise que realizamos dos 158 artigos sugere o contrário – o ponto crítico não se encontra aí. Apesar de constatarmos o aumento de procedimentos de “não comparação” de 2002 para 2003, houve um decréscimo em 2004, sinalizando o deslocamento para a “comparação com modelos teóricos”, o que é um indicador positivo da sensibilização dos pesquisadores para com uma das principais vantagens do uso de estudo de caso. Não podemos ignorar, no entanto, que essa sinalização positiva de orientar o estudo de caso para a produção de teoria parece vir acompanhada de inconsistência na citação de autores que serviriam de base para a opção teórico-metodológica do estudo de caso. Em outras palavras, tal fato sugere haver pouco amadurecimento do pesquisador no que diz respeito ao seu modo de fazer ciência.

A conclusão parcial a que chegamos é a de que ainda não conseguimos vencer o desafio de tornar o desenho metodológico do estudo de caso menos dependente da experiência particular do pesquisador e se aproximar mais da outra linha do contínuo ilustrada na Figura 1, em busca de um repertório de procedimentos compartilhados e consistentes internamente.

Antes de finalizar este artigo temos de tentar responder pelo menos em parte a uma pergunta central. Os estudos de casos serviriam mais para fins de exemplificação da teoria ou de geração da teoria? O título faz menção a uma das encruzilhadas na produção do conhecimento. E este é o nosso entendimento. Todos os argumentos apresentados neste artigo partiram da premissa da diferenciação entre estudos de casos para exemplificação (casos para ensino), que se aplicam perfeitamente ao emprego em sala de aula no processo de ensino-aprendizagem (ainda presentes em profusão em artigos ditos de pesquisa), dos estudos de casos de pesquisa, que se esforçam não só para desenvolver modelos teóricos, ainda que simplificados, como também para aperfeiçoar teorias por meio do interjogo e conseqüente confronto entre teoria e fatos. Embora haja indícios de que os pesquisadores estejam compreendendo que o estudo de caso não deve se reduzir a uma mera reunião de dados empíricos e, paulatinamente, estejam investindo na ampliação da aplicação teórica, não podemos desconhecer, que a validade do estudo de caso para o desenvolvimento científico está longe de consenso.

Ao concordarmos de que há um avanço nessa direção, o problema passa a ser o de avaliar a qualidade da contribuição teórica. Não seria uma ousadia e até mesmo uma pretensão imaginar que o estudo de caso pudesse auxiliar a construção de modelos teóricos mais complexos? Talvez sim, mas não devemos perder de vista que contribuições de pesquisadores de formação diversas (administradores, sociólogos, economistas, psicólogos etc) criam o cenário propício para a troca de experiências no desenvolvimento de estudos de casos, contribuindo para a disseminação de conhecimento das medidas adotadas para facilitar a triangulação interna (integração na análise de várias fontes de coleta de dados) e para a corroboração de achados decorrentes da triangulação externa (pesquisas realizadas por diversos autores sobre o mesmo tema). Mas para efetuar a triangulação externa é necessário que os procedimentos metodológicos adotados sejam adequadamente explicitados, permitindo que o outro siga o mesmo protocolo de pesquisa, tanto para chegar a conclusões semelhantes, quanto para descobrir diferenças e chegar a conclusões complementares (não necessariamente incompatíveis), uma vez que o tipo de análise e o recorte realizado pelos pesquisadores repercutem diretamente nas suas conclusões.

Enfim, estamos cada vez mais convictos de que nenhuma estratégia de pesquisa é capaz de atender adequadamente aos critérios de validade, o que demanda do pesquisador um maior compromisso para com a sua escolha e a

explicitação clara de seus procedimentos metodológicos. É isto que dará poder ao outro de, ao tomar conhecimento de tais procedimentos, ter a opção de segui-los, e com isto chegar a conclusões semelhantes, usando várias fontes de coleta de dados, ou conclusões distintas e complementares, usando as mesmas fontes. As comparações daí advindas poderão, então, contribuir para o refinamento teórico sobre o tema da investigação. O perigo, por conseguinte, não está em apresentar conclusões parciais e incompletas sobre o fenômeno em estudo, mas em não estarmos conscientes de nossas escolhas metodológicas e nos encontrarmos despreparados para argumentar a favor delas. Aí sim, pomos em risco a qualidade de ciência que produzimos.

REFERÊNCIAS

BECKER, G. O papel da gestão de pessoas em processos de fusões e aquisições de empresas. *Anais do XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração*. CD 2002

BUFONI, A.L. O rigor na exposição dos estudos de caso simples: um teste empírico em uma universidade brasileira. *Anais do XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração*. CD 2002.

CALDAS, M. *Podem Estudos Organizacionais feitos na América Latina ser Relevantes?*. Trabalho apresentado no II Colóquio Internacional "Análise de Organizações: Perspectivas Latinas", Salvador – BA, 2003.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, v.14, n.4, pp. 532-550, 1999.

GLASER, B & STRAUSS, A. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine, 1967.

GERRING, J. What is a case study and what is it good for? *American Political Science Review*, vol.98, n.2, pp.341-54, 2004.

HAMEL, J., DUFOUR, S. & FORTIN, D. *Case study methods*. California:Sage Publications Inc., 1993.

JÓIA, L.A. Geração de modelos teóricos a partir de estudos de casos múltiplos: da teoria à prática. In: Vieira, M. M. F. e Zouain, D.M. (orgs.) *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: FGV, pp.123-149, 2004.

KIDD, S.A. The role of qualitative research in psychological journals. *Psychological Methods*. v.7, n.1., pp. 126-138, 2002.

KOPINAK, J.K. The use of triangulation in a study of refugee well-being. *Quality & Quantity, (Netherlands)* v.33, pp.169-183, 1999.

LEVY, P. A methodological framework for practice-based research in networked learning. *Instructional Science*. Netherlands. V.31, pp.87-109, 2003.

MARSHALL, V.W. Resoning with case studies: issues of an aging workforce. *Journal of Aging Studies*, v.13, n.4, pp.377-389, 1999.

MYERS, D. G. *Psicologia social*. Tradução: A.B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2000.

POPPER, K. R. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982 .

ROESCH, S. *Estudo de Caso na Análise de Organizações Brasileiras e Comparações Internacionais*. Trabalho apresentado no II Colóquio Internacional "Análise de Organizações: Perspectivas Latinas", Salvador – BA, 2003.

SCANDURA, T. & WILLIAMS, E. Research methodology in management: current practices, trends, and implications for future research. *Academy of Management Journal*, v.43, n. 6, pp.1248-1264, 2000.

SOUZA, M. L. e GOMES, W. B. Evidência e interpretação em pesquisa: as relações entre qualidades e quantidades. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, n.2, pp-83-92, 2003.

STAKE, R.E . Case studies. In: Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage, 1994.

_____ Case studies. In: Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds). *Handbook of Qualitative Research*. (2a. edição). Sage Publications Inc. pp. 435-454, 2000.

TEIXEIRA JÚNIOR, F. Análise dos métodos de pesquisa utilizados em artigos de administração da informação: levantamento dos artigos publicados nos ENANPADs de 1999 a 2001. *Anais do XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração*. CD 2002

TONELLI, CALDAS, LACOMBE & TINOCO. Produção Acadêmica em Recursos Humanos no Brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas* - v.43, n.1, pp. 105-122. 2003.

VASCONCELOS, I.F.G. E VASCONCELOS, F.C. Gestão de recursos humanos e identidade social: um estudo crítico. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v.42, n.1., pp.64-78, 2002.

VERGARA, S. e PECCI, A. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. *O&S*, v.10, n.27, pp.13-26, maio/agosto, 2003.

YIN, R.K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001